



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10880.692167/2009-25  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1003-001.536 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 05 de maio de 2020  
**Recorrente** CAMARGO CORREA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2004

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL.**

No caso de erro de fato no preenchimento de declaração, o contribuinte deve juntar aos autos, nos termos do Parecer Normativo Cosit nº 2/2015, elementos probatórios hábeis à comprovação do direito alegado.

**DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA. ESCRITURAÇÃO. LIVROS. DOCUMENTOS. ELEMENTOS DE PROVA.**

Incumbe ao interessado a demonstração, com documentação comprobatória, da existência do crédito, líquido e certo, que alega possuir junto à Fazenda Nacional (art. 170 do Código Tributário Nacional). A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do contribuinte dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais.

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO CERTA E LÍQUIDA DO INDÉBITO. NÃO CONFIGURAÇÃO.**

A comprovação deficiente do indébito fiscal ao qual se deseja compensar ou ter restituído não pode fundamentar tais direitos. Somente o direito creditório comprovado de forma certa e líquida dará ensejo à compensação e/ou restituição do indébito fiscal.

**INTIMAÇÃO ENDEREÇADA AO ADVOGADO. SÚMULA CARF 110.**

No processo administrativo fiscal, é incabível a intimação dirigida ao endereço de advogado do sujeito passivo.

**DILIGÊNCIA. FALTA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO.**

Deve ser indeferido o pedido de realização de diligência que, além de não preencher os requisitos previstos no art. 16, inciso IV e § 1º, do Decreto 70.235/1972, com redação dada pelo art. 10 da Lei 8.748/1993, também é desnecessária, tendo em vista que, para comprovar os fatos alegados, bastaria a juntada, aos autos, da documentação comprobatória, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235/1972.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Carmen Ferreira Saraiva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Carmen Ferreira Saraiva (Presidente), Bárbara Santos Guedes, Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça e Wilson Kazumi Nakayama.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra acórdão de n.º 12-72.634, proferido pela 5ª Turma da DRJ/RJ1, que julgou improcedente a manifestação de inconformidade da Recorrente, não reconhecendo o direito creditório pleiteado.

Para melhor descrever a situação fática dos autos, transcrevo o relatório constante do acórdão de piso:

O presente processo versa sobre a Dcomp n.º 04627.16106.280507.1.3.04-3004.

Segundo o que consta na Dcomp (fl. 8), o crédito original na data da transmissão, no valor de R\$ 11.242,18 se refere a pagamento indevido ou a maior de CSRF (cód. 5952). O pagamento, no valor de R\$ 37.645,30 foi efetuado através de DARF, sendo realizado em 13/04/2007 (fl.9).

No Despacho Decisório (fl.2), consta a não homologação da Dcomp, sob alegação de que foi localizado o pagamento de R\$ 37.645,30, mas este foi utilizado integralmente para quitação de débitos do contribuinte referente ao cód. 5952 - PA 03/2007- R\$ 37.645,30..

A interessada se insurgiu, em 07/12/2009, contra o disposto no Despacho Decisório, através da manifestação de inconformidade (fl.13 a 26), do qual tomou ciência em 06/11/2009 (fl. 6), apresentando os argumentos que se seguem:

- DA ORIGEM DO CRÉDITO. Em vista da ausência de informações em DCTF (retificações), a Requerente não teve homologado seu crédito.

- A Requerente, por equívoco formal, deixou de informar (retificar) os documentos comprobatórios da origem deste crédito, o que, por sua vez, originou o indeferimento de seu pedido.

- Quando do preenchimento do formulário, a Requerente já deveria ter retificado a DCTF (doc. 03) daquele período, o que, no entanto, não ocorreu, gerando, desta forma, a incongruência dos dados informados com o crédito que teria a seu favor, restando caracterizado, um equívoco formal, pois, ao invés de proceder com as retificações,

apontando como nada devido naquele mês de competência, informou erroneamente o valor de R\$ 15.487,40.

- Nada obstante, a falta de informações que deveriam ser prestadas pela Requerente (Retificações DCTF), o presente pleito administrativo refere-se, em verdade, ao reconhecimento do direito da empresa em ter compensado valor equivocadamente recolhido, que, frise-se, não foi retificado pela Requerente. É dizer, o crédito em seu favor é oriundo de pagamento "indevido", mas que não foi comprovado, em face da inexistência de retificação.

- DA PREVALÊNCIA DA VERDADE MATERIAL SOBRE A VERDADE FORMAL. A simples falta de informações (inexistência de retificações da DCTF), não podem, sob qualquer hipótese, obstaculizar o exercício do direito da Requerente.

- A postura adotada pelo Fisco acabou por gerar uma evidente distorção frente situação contábil da Requerente, a qual está sendo compelida a efetuar o recolhimento de tributo que foi compensado com créditos existentes em seu favor, tendo havido sua competente extinção, nos termos do artigo 156, II, do CTN, fato este que impõe ofensa ao Princípio da Verdade Material.

- A manutenção da decisão recorrida não leva em conta a verdade material dos fatos, eis que apega-se as formalidades para desconsiderar os dados reais da contabilidade da Requerente.

- Ainda que se possa entender apenas a título de argumentação, que a falta de retificação da DCTF obstariam a compensação dos valores, tal argumento poderá ser afastado pelo Princípio da Instrumentalidade das Formas, constante do art. 244 do CPC.

- A despeito da previsão legal quanto à forma dos atos processuais/administrativos, resta certo que se deve, sempre, privilegiar sua finalidade. É dizer que o ato deve ser considerado plenamente válido, surtindo todos os seus efeitos, se lograr atingir seu fim, ainda que, para isso, não observe toda a formalidade prescrita na lei.

- O excessivo rigor formal imanente aos atos administrativos apenas tem lugar no intuito de viabilizar sua finalidade. Ou seja, inexiste razão para o excessivo rigor formal senão para o atingimento da finalidade do ato.

- Os dados necessários para indicação da realização de compensação pela Requerente, ainda que com algumas inconsistências de ordem formal, foram efetivamente passados a SRF nas datas aprazadas, como este R. Órgão pode simplesmente desconsiderar tais procedimentos, sem qualquer procedimento de se verificar a real existência ou não do crédito.

- A conduta em sentido oposto (prestígio do rigor excessivo, ao arrepio da realidade dos fatos), cabe ainda dizer, não se afigura razoável ou aceitável do ponto de vista de um cidadão mediano, o que consiste num outro elemento indissociável à atuação da Administração Pública.

- Com efeito, a atividade administrativa deverá se ater aos Princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade e Eficiência, uma vez que o objetivo precípua desta atividade, além da busca da verdade material dos fatos, o respeito à razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

- Protesta, caso entendam Vossas Senhorias pela necessidade, em prestígio ao Princípio da Verdade Material, seja determinada a realização de DILIGÊNCIA, para, de acordo com os dados constantes nos sistemas informatizados Receita Federal, retificar de ofício os documentos (DCTF), para que então possa estar em sintonia com a

informação da compensação realizada. Porém, por erro do contribuinte não retificou a DCTF.

- Requer, ainda, lhe seja autorizada a posterior juntada de documentos hábeis a comprovar o alegado.

Por sua vez, a DRJ analisou a manifestação de inconformidade da Recorrente e julgou o pedido improcedente, nos moldes da ementa abaixo transcrita:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2007

JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. PRECLUSÃO.

A prova documental deve ser apresentada na manifestação de inconformidade, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que: fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; a prova refira-se a fato ou a direito superveniente ou destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos

DILIGÊNCIA E PERÍCIA

Rejeita-se o pedido de perícia ou diligência quando a lide se resolveria com uma simples juntada de documentos pela interessada

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO

Verificado a ausência de comprovação do crédito registrado na Dcomp, deve ser não homologada as compensações declaradas.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Inconformada com a decisão, a Recorrente apresentou recurso voluntário em que repetiu os argumentos arguidos em sua manifestação de inconformidade, alegando, em síntese:

(...)

**II.2 - DO DIREITO AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PLEITEADO - PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR DE CSRF – 03/2007.**

Inicialmente, importante ressaltar que o pedido de compensação foi apresentado pela Recorrente objetivando a compensação de “valor pago a maior” a título de Contribuição Social Retida na Fonte - CSRF da competência de março de 2007.

Depois de transmitida a Per/Dcomp nº 04627.16106.280507.1.3.04-3004, sobreveio despacho do Fisco que não homologou o pedido de compensação transmitido, sob o argumento de que o crédito informado não foi localizado. Apresentada a Manifestação de Inconformidade, a DRJ do Rio de Janeiro/RJ entendeu que não restou comprovado nos autos a existência do crédito, *in verbis*:

(...)

Contudo, tal entendimento não merece prosperar, considerando que a Recorrente pleiteou corretamente a compensação de **crédito existente**, originário de pagamento a maior, senão vejamos.

Devido à inconsistência de informações na DCTF apresentada, que deveria ter sido retificada, mas não o foi (doc. 06), o pedido de compensação da Recorrente não foi homologado, o que frise-se, analisando contabilmente o cruzamento débito e crédito não merece prosperar, uma vez que a Recorrente faz jus ao crédito pleiteado.

A Recorrente efetuou pagamento de DARF, com número de pagamento 3521165701, código da receita 5952, referente à CSRF da competência de março de 2007 no importe de **R\$ 37.645,30** (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), entretanto, conforme se comprovará a seguir, houve pagamento a maior, de onde se originou o crédito atualizado de **R\$ 11.354,60** (onze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) (original de R\$ 11.242,18).

Neste sentido, verificando que houve recolhimento de valor a maior, a Recorrente utilizou o crédito de **R\$ 11.354,60** (onze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) para efetuar compensação de débitos de CSRF do período de maio de 2007, conforme abaixo demonstrado:

Per/Dcomp nº	Crédito Original	Competência	Crédito Atualizado (Selic)	Crédito Original Utilizado	Saldo do Crédito
04627.16106.280507.1.3.04-3004	11.242,18	03/2007	11.354,60	11.242,18	0,00

O crédito acima descrito foi utilizado para pagamento de débito de CSRF conforme abaixo:

Tipo	Código da Receita	Competência	Valor no momento da transmissão do Per/Dcomp
CSRF	5952	05/2007	R\$ 11.354,60

Nota-se que, muito embora o despacho decisório tenha fundamentado a não homologação do pedido de compensação devido à suposta inexistência do crédito, razão não assiste ao Fisco, pois conforme demonstrado a Recorrente tem direito ao crédito decorrente de pagamento a maior, portanto, um simples erro formal no preenchimento da DCTF não pode ser obstáculo para que a Recorrente tenha reconhecido o seu direito a compensação deferido.

Portanto, resta comprovado contabilmente a origem do crédito corretamente pleiteado pela Recorrente no PER/DCOMP nº 04627.16106.280507.1.3.04-3004.

Assim, a Recorrente deveria ter retificado a DCTF do período antes do preenchimento do formulário de PER/DCOMP, o que não ocorreu, gerando a incongruência de dados informados como crédito que teria a seu favor, restando caracterizado no presente caso apenas e tão somente um **equivoco formal**, pois, a Recorrente deixou de proceder com as retificações necessárias, apontando que o valor de R\$ 11.242,18 foi declarado e pago **indevidamente**.

### **II.3 - DA APLICAÇÃO AO CASO DO PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL E DA BOA-FÉ DO CONTRIBUINTE**

Em verdade, conforme já esclarecido, a Recorrente recolheu a título de CSRF o equivalente a R\$ 37.645,30 (trezentos e trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), no mês de março de 2007, quando na realidade o valor devido para a competência de março de 2007 era de R\$ 26.635,62 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Ou seja, o recolhimento equivocado resultou em um crédito por pagamento a maior de R\$ **11.242,18**. Tal alegação está evidente e confirmada pelos documentos contábeis da Recorrente ora anexados.

No mais, é certo que a verdade real dos fatos está comprovada, não havendo qualquer erro no pedido de compensação enviado pelo PER/DCOMP nº 04627.16106.280507.1.3.04-3004, que deveria ser homologado pelo Fisco.

(...)

### **II.4 - DA INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO**

Ora Nobres Julgadores, é evidente que a Recorrente em momento algum tentou lesar o fisco e sempre agiu de boa-fé, pois o valor pago a título de CSRF foi devidamente apurado, entretanto, por um erro forma, foi pago indevidamente.

Ora íncritos julgadores, trata-se de mero erro formal que não causou qualquer lesão ao fisco, tendo em vista que no caso ora em discussão, em momento algum a Recorrente deixou de pagar o imposto, muito pelo contrário, pagou indevidamente.

(...)

**No caso presente a não homologação da compensação pretendida viola claramente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na medida em que inconteste a existência de crédito suficiente para o adimplemento da compensação indicada, considerando a existência de pagamento a maior de CSRF para o período de março de 2007.**

**II.5 - DA JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA  
OBJETIVANDO COMPROVAR QUE RAZÃO ASSISTE A ORA RECORRENTE E DA  
REALIZAÇÃO DE PERÍCIA E/OU DILIGÊNCIA.**

Conforme já exposto, verifica-se que o caso em tela cuida de matéria de prova no que tange ao pagamento indevido de CSRF, o qual gerou um pedido de compensação que não foi homologado pela Recorrida.

Dessa feita, em busca da verdade material e por se tratar exclusivamente de matéria de prova, a Recorrente utiliza-se do presente Recurso para juntada de novos documentos, os quais comprovam o crédito existente o qual a Recorrente faz *jus*.

(...)

**III – DO PEDIDO**

Diante do exposto requer a Recorrente seja o presente recurso julgado procedente para reformar o v. acórdão recorrido a fim de que:

**1)** seja reconhecido o crédito de CSRF da competência de março de 2007, tendo em vista a ocorrência de pagamento indevido, bem como para que seja homologado o PER/DCOMP nº 04627.16106.280507.1.3.04-3004 e extinto o crédito tributário compensado, nos termos do disposto no artigo 156, inciso II do Código Tributário Nacional;

**2)** alternativamente, em não sendo este o entendimento de vossas senhorias, que, em vista da aplicação do princípio da verdade material no direito administrativo, que seja determinada a conversão do julgamento em diligência, objetivando assim a confirmação pela Recorrente, através de documentos contábeis, da verdade dos fatos, ou seja, seu direito ao crédito;

**3)** a Recorrente protesta pela posterior juntada de documentos até antes do julgamento, a fim de provar a verdade dos fatos, tudo nos termos do artigo 5º, LV da Constituição Federal;

**4)** Por derradeiro, requer que as futuras intimações sejam enviadas não só para o domicílio do contribuinte, como também para seus advogados, cujo domicílio encontra-se na Rua Açú, nº 10, Alphaville Empresaria, Campinas – São Paulo, sob pena de nulidade.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Mauritània Elvira de Sousa Mendonça, Relatora.

O recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade previstos no Decreto n.º 70.235, de 06 de março de 1972, portanto, dele tomo conhecimento.

Conforme já relatado, o presente processo versa sobre pedido de compensação cujo suposto crédito referir-se-ia ao pagamento indevido ou a maior de CSRF (cód. 5952), no mês de competência 03/2007.

Sobre a CSRF (cód. 5952), vale destacar que a legislação expressamente permite a dedução dos valores de retenção conjunta da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, e pela remuneração de serviços profissionais referentes ao código de arrecadação n.º 5952 a título de remuneração de serviços profissionais prestados por pessoa jurídica (art. 30, art. 31, art. 32, art. 35 e art. 36 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Instrução Normativa SRF n.º 459, de 18 de outubro de 2004).

O valor da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, código ser determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), correspondente à soma das seguintes alíquotas:

- a) 1% (um por cento), a título de CSLL;
- b) 3% (três por cento), a título de Cofins; e
- c) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), a título de PIS/Pasep.

Feitos tais esclarecimentos, destaca-se que a compensação em discussão não fora homologada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento do Rio de Janeiro/RJ que, decidindo pela improcedência da manifestação de inconformidade interposta e não aceitando a juntada de documentos, ratificou o despacho decisório que não homologou a compensação, ante o argumento de ausência de prova do pagamento indevido ou a maior de CSRF, nos seguintes termos:

A compensação analisada tem como suposto crédito um pagamento de CSRF que seria indevido ou a maior.

Na manifestação de inconformidade a interessada alega que errou no preenchimento da DCTF e não retificou a mesma e invoca o princípio da verdade material.

Há que se informar ao contribuinte que não importa se a DCTF foi retificada ou não, o importante é a comprovação do crédito.

Na verdade, a interessada teria que trazer aos autos documentos que comprovassem que houve a pagamento indevido ou a maior de CSRF, sendo este o modo de se aplicar o princípio da verdade material.

Ocorre que não foi anexado qualquer documento que comprove a existência do crédito, não havendo provas deste suposto pagamento indevido ou a maior de CSRF.

Face o exposto, voto por negar provimento à manifestação de inconformidade, para não reconhecer o direito creditório e não homologar as compensações.

Destarte, deveria ter a Recorrente dialogado com o acórdão de piso e carreado aos autos documentos comprobatórios da suposta retenção em duplicidade de CSRF, referente ao mês de competência 03/2007, e, por conseguinte, a origem do direito creditório pleiteado. Mas, assim não procedeu a Recorrente e tão somente explicou que errou no preenchimento da DCTF, mas não a retificou e invocou o princípio da verdade material.

Ora, o ônus de instruir os autos com documentos hábeis e idôneos que justifiquem a retificação das informações e da Recorrente. Tal obrigatoriedade de apresentação das provas pela Recorrente está arrimada no Código de Processo Civil, em seu art. 333:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Com efeito, no âmbito administrativo fiscal, incumbe à Recorrente a comprovação do direito ao suposto crédito, nos termos do art. 16 do Decreto 70.235/72. Nesse sentido, ainda, vale ressaltar o disposto no art. 195 do Código Tributário Nacional e o art. 4º do Decreto-Lei nº 486, de 03 de março de 1969, que preveem, em última análise, *"que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram"*.

É importante observar, nesta toada, que os diplomas normativos de regências da matéria, quais sejam o art. 170 do Código Tributário Nacional e o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, deixam clara a necessidade da existência de direito creditório líquido e certo no momento da apresentação do Per/DComp, hipótese em que o débito confessado encontrar-se-ia extinto sob condição resolutória da ulterior homologação.

Nestes termos, a determinação de apresentar os documentos comprobatórios da identificação de crédito, longe de ser mero formalismo, é uma determinação legal, conforme determina o art. 147 da Lei nº 5.172/1966:

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, **só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde**, e antes de notificado o lançamento.

A comprovação em destaque, portanto, é condição *sine qua non* para haja aproveitamento do crédito informado em PER/DCOMP, e ainda não decaído, mesmo sem a retificação da DCTF, nos casos de erro de fato, consoante o Parecer Normativo Cosit n.º 02, de 28 de agosto de 2015, que assim orienta:

#### Conclusão

22. Por todo o exposto, conclui-se:

a) as informações declaradas em DCTF - original ou retificadora - que confirmam disponibilidade de direito creditório utilizado em PER/DCOMP, podem tornar o crédito apto a ser objeto de PER/DCOMP desde que não sejam diferentes das informações prestadas à RFB em outras declarações, tais como DIPJ e Dacon, por força do disposto no § 6º do art. 9º da IN RFB n.º 1.110, de 2010, sem prejuízo, no caso concreto, da competência da autoridade fiscal para analisar outras questões ou documentos com o fim de decidir sobre o indébito tributário;

b) não há impedimento para que a DCTF seja retificada depois de apresentado o PER/DCOMP que utiliza como crédito pagamento inteiramente alocado na DCTF original, ainda que a retificação se dê depois do indeferimento do pedido ou da não homologação da compensação, respeitadas as restrições impostas pela IN RFB n.º 1.110, de 2010;

c) retificada a DCTF depois do despacho decisório, e apresentada manifestação de inconformidade tempestiva contra o indeferimento do PER ou contra a não homologação da DCOMP, a DRJ poderá baixar em diligência à DRF. Caso se refira apenas a erro de fato, e a revisão do despacho decisório implique o deferimento integral daquele crédito (ou homologação integral da DCOMP), cabe à DRF assim proceder. Caso haja questão de direito a ser decidida ou a revisão seja parcial, compete ao órgão julgador administrativo decidir a lide, sem prejuízo de renúncia à instância administrativa por parte do sujeito passivo;

d) o procedimento de retificação de DCTF suspenso para análise por parte da RFB, conforme art. 9º-A da IN RFB n.º 1.110, de 2010, e que tenha sido objeto de PER/DCOMP, deve ser considerado no julgamento referente ao indeferimento/não homologação do PER/DCOMP. Caso o procedimento de retificação de DCTF se encerre com a sua homologação, o julgamento referente ao direito creditório cuja lide tenha o mesmo objeto fica prejudicado, devendo o processo ser baixado para a revisão do despacho decisório. Caso o procedimento de retificação de DCTF se encerre com a não homologação de sua retificação, o processo do recurso contra tal ato administrativo deve, por continência, ser apensado ao processo administrativo fiscal referente ao direito creditório, cabendo à DRJ analisar toda a lide. Não ocorrendo recurso contra a não homologação da retificação da DCTF, a autoridade administrativa deve comunicar o resultado de sua análise à DRJ para que essa informação seja considerada na análise da manifestação de inconformidade contra o indeferimento/não-homologação do PER/DCOMP;

**e) a não retificação da DCTF pelo sujeito passivo impedido de fazê-la em decorrência de alguma restrição contida na IN RFB n.º 1.110, de 2010, não impede que o crédito informado em PER/DCOMP, e ainda não decaído, seja comprovado por outros meios; (grifou-se)**

f) o valor objeto de PER/DCOMP indeferido/não homologado, que venha a se tornar disponível depois de retificada a DCTF, não poderá ser objeto de nova compensação, por força da vedação contida no inciso VI do § 3º do art. 74 da Lei n.º 9.430, de 1996; e  
g) Retificada a DCTF e sendo intempestiva a manifestação de inconformidade, a análise do pedido de revisão de ofício do PER/DCOMP compete à autoridade administrativa de

jurisdição do sujeito passivo, observadas as restrições do Parecer Normativo n.º 8, de 3 de setembro de 2014, itens 46 a 53.

Desta forma, no caso de erro de fato no preenchimento de declaração, uma vez juntados aos autos elementos probatórios hábeis, acompanhados de documentos contábeis, para comprovar o direito alegado, o equívoco no preenchimento da DCTF, não pode figurar como óbice a impedir nova análise do direito creditório vindicado.

Todavia, a Recorrente não cumpriu tal requisito e nada mais juntou aos autos que demonstrassem o erro e, por conseguinte, a origem do crédito informado em Dcomp. Logo, entendo que o pleito da Recorrente, no tocante à reforma do acórdão de piso, não encontra guarida ante a ausência de comprovação da existência, liquidez e certeza do direito creditório em discussão.

Em suma, que fique claro: embora a falta de retificação da DCTF não seja condição impeditiva (Parecer Normativo Cosit n.º 02, de 28 de agosto de 2015), há necessidade da existência de direito creditório líquido e certo no momento da apresentação do Per/DComp, circunstância a ser comprovada pela Recorrente (art. 170 do Código Tributário Nacional e o art. 74 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Cabe a Recorrente deve detalhar os motivos de fato e de direito em que se basear expondo de forma minuciosa os pontos de discordância e suas razões e instruindo a peça de defesa com prova documental pré-constituída imprescindível à comprovação das matérias suscitadas. Por seu turno, a autoridade julgadora, orientando-se pelo princípio da verdade material na apreciação da prova, deve formar livremente sua convicção mediante a persuasão racional decidindo com base nos elementos existentes no processo e nos meios de prova em direito admitidos (art. 15 e art. 29 do Decreto n.º 70.235, de 06 de março de 1972).

**Ocorre que a Recorrente não apresentou a comprovação do erro de fato, embora estivesse ciente expressamente desta condição pela decisão de primeira instância.** Os autos estão instruídos tão somente com planilha interna que não pode ser considerada como elemento extraído dos assentos contábeis que, mantidos com observância das disposições legais, fazem prova a seu favor dos fatos ali registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais (art. 9º do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977).

Deve-se ressaltar que essa Julgadora entende ser possível a juntada de documentos em sede de interposição do Recurso voluntário. Essa possibilidade jurídica encontra-se expressamente normatizada pela interpretação sistemática do art. 16 e do art. 29 do Decreto 70.235, de 06 de março de 1972, em casos específicos como o ora analisado. Mas, essa não foi a conduta da Recorrente, conforme já explicado.

Em tempo, a Recorrente pleiteou a intimação de seus patronos para que lhes fossem facultada a sustentação oral das razões recursais, Quanto a esse pedido, é preciso esclarecer que a jurisprudência do CARF é firme no sentido de seu indeferimento, haja vista que há determinação legal expressa de que as intimações sejam endereçadas ao domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, nos termos do art. 23 do Decreto n.º 70.235, de 1972.

Inclusive, referida jurisprudência encontra-se cristalizada na Súmula Vinculante CARF n.º 110, abaixo reproduzida:

No processo administrativo fiscal, é incabível a intimação dirigida ao endereço de advogado do sujeito passivo.

Por fim, como pedido subsidiário, q Recorrente requereu, se fosse o caso, a realização de prova pericial e/ou diligência para análise da liquidez e certeza do direito creditório pleiteado e apresentou a formulação de quesitos. Contudo, entendo não se tratar de hipótese de perícia e indefiro o pleito, ante a documentação juntada aos autos pela Recorrente em sede de recurso voluntário.

Ademais, em se alegue que o indeferimento do pedido de realização de perícia pode, *in casu*, caracterizar cerceamento do direito de defesa, visto ter sido dado à Recorrente no decurso do processo todos os meios de defesa ora aplicáveis, e, sobretudo, porque em momento algum a Recorrente ficou impedida de apresentar as provas, que entedia ser necessárias a sua defesa, tanto é que as apresentou por ocasião o recurso ora apreciado.

Assim, rejeita-se o pedido de perícia/diligência, nos termos no art. 16, IV do Decreto n.º 70.235/72, já que os motivos expostos pela Recorrente não a justificam, bem como que fato de serem os elementos coligidos nos autos suficientes à formação da convicção desta julgadora no caso em exame.

Assim, tem-se que nos estritos termos legais o procedimento fiscal está correto, conforme o princípio da legalidade a que o agente público está vinculado (art. 37 da Constituição Federal, art. 116 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 2º da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 26-A do Decreto n.º 70.235, de 06 de março de 1972 e art. 62 do Anexo II do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 09 de julho de 2015).

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça